

OS MANUAIS ESCOLARES FRANCESES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DE HIGIENE E DE MORAL SERIAM SEXISTAS? (1880-2004)

JACQUES GLEYSE*

CARMEN LÚCIA SOARES**

RESUMO: Este artigo situa-se como um estudo panorâmico sobre as relações de gênero e a co-educação no âmbito da Educação Física na França ao longo do século XX. Em seu desenvolvimento são privilegiados três domínios discursivos orientados em direção ao mesmo objeto: os manuais de higiene, os manuais de moral e, finalmente, os manuais e textos oficiais no domínio da educação física e do esporte. Nesta pesquisa pode-se constatar que os manuais escolares que tratam do exercício físico não apenas são sexistas, mas servem também para ensinar as diferentes modalidades de sexismo através do domínio específico dos exercícios físicos. As fontes aqui pesquisadas estão disponíveis nos arquivos do *Centre d'Etude, de Documentation en Histoire et Recherche en Education* (CEDHRE) do *Institut Universitaire de Formation des Maîtres* (IUFM) de Montpellier, um dos mais completos sobre manuais escolares na França.

Palavras-chave: Gênero. Corpo. Manuais escolares. Manuais de higiene e moral. Gênero e educação física.

WERE THE FRENCH SCHOOL MANUALS OF PHYSICAL EDUCATION, HYGIENE AND MORALS BETWEEN 1880 AND 2004 SEXIST?

ABSTRACT: The following paper is based on an overview study about gender relations and co-education in Physical Education in

* Doutor em Educação, professor do Institut Universitaire de Formation des Maîtres de Montpellier e pesquisador associado da Université de Montpellier III – Paul Valéry (Sciences de l'Éducation et Sociologie) e Université de Montpellier II. *E-mail:* jacques.gleyse@wanadoo.fr

** Doutora em Educação e professora da Faculdade de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). *E-mail:* carmenls@unicamp.br

France during the 20th century. In the development of this work three important discursive domains were approached towards the same object: the hygiene manuals, the morals manuals and the manuals and official texts in the field of physical education and sports. In this research it was possible to observe that the school manuals about physical exercise are not only sexist; they are also used as tools to teach different forms of sexism through physical exercise. The sources used in this study are available in files at the *Centre d'Etudes de Documentation et de Recherche en Histoire de l'Education* (CEDHRE) of the *Institut Universitaire de Formation des Maîtres* (IUFM) in Montpellier, one of the educational centers with the most complete documentation about school manuals in France.

Key words: Gender. Body. School manuals. Morals and hygiene manuals. Gender and physical education.

A história do esporte e a história da mulher nesse campo têm sido objetos de grande interesse de um número significativo de autores de língua francesa e inglesa, e numerosos artigos têm sido escritos sobre os dois temas em conjunto. Assim, qualquer tentativa de elaboração de uma revisão dessa literatura seria sempre parcial. Contudo, é possível, a título introdutório, chamar a atenção para autores que se debruçam sobre esse tema em diferentes países. Na França, a obra de referência nesse domínio foi publicada sob a direção de Pierre Arnaud e Thierry Terret (1996); na literatura anglo-saxônica vamos encontrar autores como Sheila Scraton, Suzan Birell e Cheryl Cole, Anthony Fletcher, Richard Holt, David Kirk, Gertrud Pfister, entre outros. Na literatura brasileira vamos encontrar autoras como Silvana V. Goellner, Ludmila Mourão, Eustaquia Salvadora de Souza e Helena Altmann.

Se a *relação entre a mulher e o esporte* se constitui em objeto de pesquisa que começa a ser largamente estudado na França, o mesmo não tem ocorrido com as *relações entre a educação física e a mulher*. Na França, são poucos os artigos que se dedicam ao assunto e na literatura anglo-saxônica o número é ainda menor. Na Inglaterra, Scheila Scraton é uma das raras autoras que se interessaram pelo problema da educação física e da co-educação; autores como David Kirk, por exemplo, continuam interessados unicamente pelo domínio do esporte na França.

Em outras palavras, quando se tenta investigar com precisão a problemática da *co-educação*, ou mesmo das *relações de gênero na educação*

física na França, ao longo do século XX, a literatura se torna bastante restrita, quase inexistente. Alguns raros artigos são encontrados na obra dirigida por Pierre Arnauld e Thierry Terret, citada anteriormente, e, mais recentemente, um número especial da revista *STAPS* (n. 66), dirigida por Thierry Terret e composta por 13 artigos, traz uma revisão relativamente exaustiva dessa problemática, o que permite situar de uma maneira mais precisa a noção de gênero nas práticas corporais na França.

Nosso artigo situa-se, portanto, como um dos primeiros estudos panorâmicos sobre o tema. Ele aborda três domínios discursivos orientados em direção ao mesmo objeto: os *manuals de higiene*, os *manuals de moral* e, finalmente, os *manuals e textos oficiais* no domínio da Educação Física e do Esporte. Não é nossa pretensão, evidentemente, tratar o tema de forma exaustiva, sobretudo no que concerne ao primeiro conjunto de fontes encontradas.¹

As fontes aqui pesquisadas estão disponíveis nos arquivos do *Centre d'Etude, de Documentation en Histoire et Recherche en Education* (CEDHRE) do Institut Universitaire de Formation des Maîtres (IUFM) de Montpellier. Esse centro de documentação histórica guarda a maior parte dos *manuals escolares* publicados na França desde o começo do século XIX e, particularmente, desde a Terceira República, sendo o mais completo nessa área, entre os arquivos franceses.

Uma das críticas que podem ser feitas a esta pesquisa é de uma justaposição de fontes diferentes concernentes à educação física, uma vez que trabalhamos com *manuals de educação física, esporte, moral, higiene e textos oficiais*. A leitura atenta, contudo, apresenta-nos um conjunto homogêneo, uma vez que todos esses documentos são destinados ao universo escolar, ao ensino primário superior ou secundário, e tratam, todos indistintamente, do problema da ginástica e/ou da educação física. Entre esse universo extenso de documentos e essa densidade de conteúdo, nosso interesse principal localiza-se nos vestígios que nos permitem compreender a existência ou não de um tratamento dado por esse conjunto de documentos à ginástica ou à educação física feminina ante a educação física masculina.

A menina ausente ou debilitada

O primeiro documento estudado foi aquele elaborado por Elie Pécaut (1882), *Cours d'hygiène*, publicado em 1882. Este documento,

destinado às Escolas Normais que formam *professores primários*, dirige-se, visivelmente, aos homens. A formulação inicial do texto não deixa qualquer dúvida: “*Meus Senhores...*”.

Parece não existir texto similar dirigido às Escolas Normais que formam *professoras primárias*, porém, essa formação voltada para as moças existe, ao menos teoricamente, nos textos legais como, por exemplo, na Lei Peltet de 23 de junho de 1836 e, ao menos, a partir da lei Falloux de 15 de março de 1850. A Lei de 9 de agosto de 1879 vai confirmar, definitivamente, a existência de uma Escola Normal destinada aos *rapazes* e outra destinada às *moças*, em cada departamento.

A ginástica tornou-se obrigatória nas escolas primárias francesas em 28 de março de 1882 e o seu ensino nas Escolas Normais, sem distinção de gênero, tornou-se obrigatório pela circular de 30 de julho de 1882. Contudo, seria impossível assegurar que essa obrigatoriedade foi mesmo extensiva a todas as escolas primárias.

O texto de Elie Pécaut é, então, um bom indicador da defasagem entre os textos oficiais e os cursos realmente ministrados. Pode ser que os cursos tenham sido ministrados às moças das Escolas Normais, mas, no conjunto de fontes estudado, não foi encontrado qualquer vestígio. O arquivo estudado contém, todavia, na mesma época, textos que foram destinados, mas em outros domínios, como o da higiene corporal, maternidade etc.

Não se pode dizer, contudo, que Elie Pécaut não trata do assunto, bem ao contrário, pois ele afirma (1882, p. 196-197):

(...) é evidente que as moças têm tanto a ganhar quanto os rapazes com a introdução da ginástica na escola, que elas reclamam o mesmo direito a um exercício metódico e freqüente, e que privá-las inteiramente deste elemento de educação seria desconhecer um grave dever pedagógico.

Talvez mesmo o dever indiscutível e mais imperioso do Estado seja em relação às moças no que diz respeito à sua saúde. Isto é mais verdadeiro nas grandes cidades, onde a população feminina das escolas deixa muito a desejar em relação aos rapazes no que diz respeito ao vigor e à saúde. A menina vive de um modo mais sedentário, e está sujeita a todo tipo de privações: daí decorre, em geral, uma grande debilidade física. Não há dúvida de que a ginástica aplicada às moças não deverá ser a mesma aplicada aos rapazes.

Neste texto, Pécaut parece defender, de maneira clara, a consolidação de uma ginástica feminina, que seria nada mais que uma “Educação

Física masculina atenuada”, conforme sublinha Pierre Arnaud (1996). O curioso nesse texto é o fato de se considerar as meninas que pertencem a um meio mais modesto (operário e urbano) como menos ativas e menos fortes que os meninos. Ora, isso é no mínimo estranho, uma vez que o trabalho feminino e o trabalho das crianças com menos de 12 anos exigem certas performances e habilidades corporais, estando longe de ser erradicado nessa época.

O doutor Pécaut sugere tomar precauções extremas no período pré-púbere, com a finalidade de não lesar os órgãos reprodutores. Testemunha também uma superexposição das diferenças de gênero e de uma confusão entre gênero e sexo que não representa todos os escritos e os autores no curso desse mesmo período. Georges Demenij (1911), por exemplo, escreve mais ou menos na mesma época e, ao contrário, diz que são os preconceitos sociais que levam a considerar a menina como inferior nas práticas de ginástica.

O interessante é que se instaura, assim, um sistema de controle que vai posicionar o gênero feminino em condição de inferioridade e, apesar desse sistema se apresentar de um modo tão ostensivo, parecendo hoje caricatural, ele vai redistribuir-se ao longo do tempo, conservando, mais ou menos, os mesmos fundamentos. A diferença reside no fato de que as modalidades de inferiorização do feminino, a superexposição de sua suposta fraqueza e a sobredeterminação de suas práticas serão, progressivamente, dissimuladas ao olhar. Porém, sua eficácia não será, por isso, menos importante, ao contrário, será muito mais vigorosa.

Pécaut, quando apresenta um programa de exercícios físicos para as meninas, “exclui todos (...) os exercícios rudes, as torções e flexões do tronco, qualquer movimento das pernas, as corridas e os saltos (...)” (1882, p. 196-197). Aqui se vê bem transparecer a intenção que é, finalmente, a superexposição da suposta natureza do gênero feminino. O fantasma que anima a proposta reside na imagem de um órgão reprodutivo feminino frágil, que pode “cair” e colocar em perigo a capacidade reprodutiva da jovem mulher. É isso o que nossa imaginação pode alcançar quase que como filigrana e que figurará, em seguida, nos textos de numerosos autores.

Alguns anos mais tarde, o *Manuel d'exercices gymnastiques et de jeux scolaires* (1891), segue em parte a mesma lógica, mas não para as alunas mais jovens, pois, “(...) nas primeiras divisões da escola primária, a ginástica

das meninas não se diferencia daquela destinada aos meninos” (1891, p. 18). Mais tarde, essa concepção transforma-se e dá início a uma estetização e desvirilização das práticas femininas: “(...) os exercícios de aplicação devem permanecer mais suaves e graciosos para as meninas; dança com canto, pular corda, jogos diversos, lutas, corridas e exercícios de ordem substituirão as aulas de boxe, de bastão e os equilíbrios invertidos” (idem, *ibid*).

É possível perceber, aqui, que o gênero feminino não é considerado pejorativo em sua pseudonatureza biológica, mas são os estereótipos do tipo suavidade *versus* violência que começam a se desenvolver e que serão reencontrados ao longo do tempo, ao menos até a instauração das turmas mistas, a partir de 1957.

Autores como Georges Demenij e Georges Hébert, entre outros, terão, ao longo do século xx, posições sensivelmente diferentes, talvez até diametralmente opostas, considerando a mulher como uma “superatleta” potencial, recusando os estereótipos de gênero. De forma resumida, poderíamos afirmar que aquilo que será valorizado ao longo do tempo para os meninos se refere às lutas e a todos os jogos de combate, enquanto para as meninas será a dança. O que é superexposto, portanto, é o potencial de sedução das meninas em uma perspectiva da “beleza”, da suavidade e da estética, e o potencial da agressividade e da luta dos meninos.

Da menina inferiorizada à “*coquette*”, ou à menina graciosa

O manual *Hygiène scolaire*, provavelmente de 1905, de autoria de Jules Delobel e Pierre Brouardel, fixa a sobreexposição da diferença e a sobredeterminação de gênero não mais na inferioridade, mas na estética corporal. O modelo da mulher definido claramente como “belo” é aquele já valorizado nos quadros de banhistas de Renoir, quase na mesma época: “(...) A anatomia e a estética estão de acordo para designar, como ideal da forma feminina, uma bacia ampla e quadris largos, uma bela mulher deve ter o contorno dos quadris maior que o contorno dos ombros (...)” (Delobel & Brouardel, [1905?], p. 149).

Conseqüentemente, tudo é feito ao mesmo tempo para superexpor esse modelo e promovê-lo ou *fabricá-lo* pelas práticas corporais. Assim, “os movimentos graciosos de dança” oferecem “poses sedutoras às mulheres”. A dança é evidentemente também descrita como a prática da *essência*

feminina que se tenta mesmo “*naturalizar*”, apoiando-se nos argumentos de grandes autoridades da época em relação ao exercício físico: “(...) o Dr. Lagrange afirma que a dança foi, provavelmente, inventada por uma mulher” (idem, *ibid.*, p. 151).

Porém, paradoxalmente, nesses discursos, *pular corda*, por exemplo, é permitido. Uma pergunta então poderia aqui ser colocada: esse exercício não mais faria *cair os órgãos*? Pode-se então supor que a mulher, nesses discursos, é vista muito mais como um objeto de desejo do que como reprodutora. Parece que o conjunto dos *manuals escolares* funciona a partir desse estereótipo de gênero e seria, ainda, adequado ressaltar que o aspecto “*naturalização*” de sexo não chega nunca a estar verdadeiramente ausente.

É interessante, não há dúvida, confrontar essa forma de pensar tanto com as posições de Hébert, que em 1919 escreve o livro *Muscle et beauté plastique féminine*, quanto com aquelas de Alice Milliat, criadora da *Femina Sport* em 1912 e presidente do clube em 1915.

No *Manuel d'exercices physiques et de jeux scolaires* de 1908, não é feita uma distinção clara entre meninas e meninos, não há um capítulo especial sobre a ginástica feminina, o que é finalmente lógico, pelo fato de que se tenta, naquele manual, formar um “*aluno*”, ou seja, uma criança genérica, neutra, uma espécie de máquina portadora de uma energia obediente. Os programas especificam, todavia, que “(...) as mesmas prescrições (ensino da ginástica em todos os estabelecimentos) serão aplicadas às moças no ensino secundário e às meninas no ensino primário (...)” (1908, p. xv).

Todavia, se nos interessamos pelo detalhe do programa proposto, constatamos que alguns elementos são indicados especificamente para as meninas. No programa das “escolas maternas, primárias, primárias superiores, dos colégios e dos liceus” (idem, *ibid.*, p. 17), para a categoria de idade de 11-13 anos, a palavra “meninas” é escrita antes dos conteúdos de ensino “danças” e “pular corda” (idem, *ibid.*).

Para o nível seguinte, as categorias de idade não são as mesmas para as meninas (13-15 anos) e para os meninos (13-16 anos) e um certo número de exercícios são dotados de um asterisco que os distingue para os meninos: “boxe, salto em distância, corrida com obstáculos, caminhadas de 20 km” (idem, *ibid.*, p. 18). As práticas claramente discriminadas são as corridas de velocidade, que preconizam 80 metros para

os meninos e 30 metros para as meninas (idem, *ibid*). Considera-se, assim, que convém proteger a menina de esforços muito violentos e demasiadamente enérgicos.

A categoria de idade seguinte funciona a partir do mesmo modelo, pois ela inicia aos 16 anos para os meninos e 15 anos para as meninas. Contudo, nessa categoria, numerosas atividades são marcadas por um asterisco e, então, especificadas como masculinas: “(...) escola de soldados, barra de 4kg, halteres de 3kg, lançar pesos, discos, martelo, Boxe, subir em cordas e em varas com o auxílio das pernas, corridas de fundo, fusil, levantar pedras, saltos com vara, luta de Boxe, de bastão, Esgrima, Equitação, Cross Country” (idem, *ibid*.).

Vê-se desenvolver aqui não o estereótipo da mulher doce e que corresponde a uma estética da época, mas, ao contrário, aquele do rapaz viril e combatente. Essa dinâmica, evidentemente, não pode ser isolada historicamente da militarização crescente da França e da aproximação da Primeira Guerra Mundial. Porém, se as atividades eram especificadas para os rapazes, podemos imaginar que elas eram menos valorizadas para as moças. Vemos, então, aqui, construir-se nos manuais e textos oficiais uma superexposição das diferenças de gênero. Essas diferenças, contudo, parecem menos marcadas nos textos destinados especificamente às práticas de exercícios do que naqueles de moral ou de higiene, nos quais a diferenciação sexual surge visível e marcada, o que pode indicar, finalmente, ser o campo da educação física menos “sexista”, talvez, do que aquele da moral e da higiene.

O combate pela vida para o homem, a graça e a doçura para a mulher

O *Manuel de morale*, de 1910, publicado por A. L. Masson (1910) para uso do ensino primário e destinado ao curso médio e ao curso superior, não fala muito a respeito das práticas de exercícios físicos. Contenta-se apenas em afirmar que o homem possui deveres relativos ao seu corpo que é, nesse manual, descrito como palácio da alma. Nenhuma precisão é dada a respeito das atividades femininas.

Ao contrário, a lição LXXXV, que trata dos trabalhos próprios às moças, é relativamente clara, dando a imagem de uma mulher do lar, sem dúvida, mas que deve ser pouco culta e, sobretudo, saber fazer reinar a harmonia em sua casa. Sua função primeira é saber cuidar do lar e suas

atividades mais importantes devem ser a costura e os bordados ou as reformas nas roupas, além da limpeza da casa. Aqui, ainda é proposto aos alunos um estereótipo de gênero que finalmente pode ser pensado como uma modalidade de controle dos corpos. É necessário lembrar que as provas apresentadas no *baccalauréat* feminino, assim como no *Brevet Elementaire* ou no *Certificat d'Etude Primaire*, continham esse tipo de conhecimento para as moças. Podemos, portanto, afirmar que se trata de uma superexposição da diferença sexual.

No mesmo ano, surge um *Manuel d'hygiene destiné à l'enseignement secondaire des jeunes filles*, escrito por Pierre Devobe e pelo doutor A. F. Plique (1909). É evidente que esse manual não pode deixar de tratar dos exercícios físicos femininos. Impressiona, contudo, o quanto ele insiste sobre a moderação. Em contrapartida, ele retoma uma a uma as atividades tipicamente marcadas pelos estereótipos femininos: pular corda, dança, mas, dessa vez, porém, é para combater os excessos. As competições de “pular corda” ou os abusos da dança são, resolutamente, condenados. As qualidades de várias atividades físicas são discutidas: a esgrima, a marcha, as viagens, a bicicleta, os carros, a canoagem e a natação, a caça e a pesca, a jardinagem e a ginástica.

É evidente que esse texto não faz qualquer alusão específica às moças, já que é um manual dedicado a elas. Todavia, em todos os exercícios físicos ele alerta sobre o excesso, particularmente sobre o excesso nos estudos e na ociosidade. Ele promove um equilíbrio, como quase todos os manuais da mesma época, condenando todos os excessos.

Paradoxalmente, porém, enquanto nos manuais precedentes destinados a ambos os sexos explicava-se como uma moça deveria cuidar de sua estética e de sua suavidade etc., nesse texto nada disso aparece.

É possível perguntar, então, se os conselhos dados às moças não seriam, na verdade, modelos de controle e de dominação destinados aos rapazes. Nota-se, todavia, que as atividades físicas valorizadas são aquelas que contêm “graciosidade” ou as atividades de “reflexo”; as atividades de força e de energia parecem proscritas. Em contrapartida, surpreende a inclusão da equitação e da bicicleta, práticas que são, em outros manuais, como, por exemplo, o de Philippe Tissié (1919), consideradas, por razões ditas “ginecológicas”, completamente maléficas para o gênero feminino. Este mesmo texto ainda discute, para além das prescrições práticas, os efeitos tanto da falta quanto do excesso de exercícios, conforme já mencionamos anteriormente.

Surpreendentemente, porém, nenhuma alusão é feita à queda de órgãos tipicamente femininos pela superatividade presente em todos os manuais precedentes. Isso decorreria do fato de ser um homem quem escreve para moças? Ou esse seria um assunto tabu para elas? O exagero nos exercícios não é mais criticado em relação ao que poderia provocar de “masculinização” na moça e de prejuízos à sua estética e à sua graça. Nesse sentido, pode-se perguntar, ainda, se a superexposição das diferenças nos outros manuais (mistos) não seria mais endereçada aos homens como um sistema de controle.

No ano seguinte, 1910, o *Règlement d'Education Physique*, publicado pelo Ministério da Guerra, não faz qualquer alusão às moças, fato que não surpreende. Isso é evidente, na medida em que ele é endereçado aos recrutas do contingente (homens). Esse manual também servirá de base, sem dúvida, para o ensino dos exercícios físicos destinados às moças.

Uma iconografia para mostrar as diferenças

Em 1926, V. Boulet publica, nas edições Hachette, uma obra intitulada *Hygiène*, destinada às turmas do último ano do ensino fundamental.³ Esse manual não somente comporta as prescrições usuais destinadas a demonstrar a inferioridade da moça e a necessidade de preservá-la de exercícios violentos e de sobrecarga, como também afirma que “a gymnastica sueca lhe é particularmente favorável (...) a mulher evitará, mais ainda que o homem a busca de records” (Boulet, 1926, p. 302). As práticas aconselhadas são, essencialmente, aquelas de “graça” e de “reflexo”. Mas o artigo “exercícios musculares” desse manual comporta igualmente três fotos que caracterizam perfeitamente os estereótipos de gênero.

A figura 1 é uma foto legendada, “*Danses rythmées*” (idem, *ibid.*), na qual um grupo de moças em vestidos drapeados, de tipo helênico, realiza exercícios graciosos. Ao contrário, os homens são representados em atitudes de esforço máximo, provavelmente na chegada de uma corrida de fundo (figura 2), e alguns outros (figura 3) aparecem em atitudes agressivas, provavelmente em uma disputa de rúgbi (idem, *ibid.*, p. 294 e 299).

Visões completamente distintas da mulher coexistem neste período como, por exemplo, aquela de Margueritte Victor em *La garçonne* (1922), romance que teve mais de um milhão de exemplares vendidos. É necessário sublinhar também que *l'Encyclopédie des Sports*, de 1924,

produz inúmeras fotos de mulheres esportistas em atitudes bem menos graciosas. Convém igualmente lembrar que, na mesma época, as mulheres organizaram, contra a vontade do Barão de Coubertin, os *Jogos Olímpicos Femininos*, em 1922 e 1926, antes que lhes fosse permitido, oficialmente, participar dos Jogos Olímpicos de 1928. Vemos, portanto, uma grande ambigüidade de representações ao longo desse mesmo período.

Figura 1

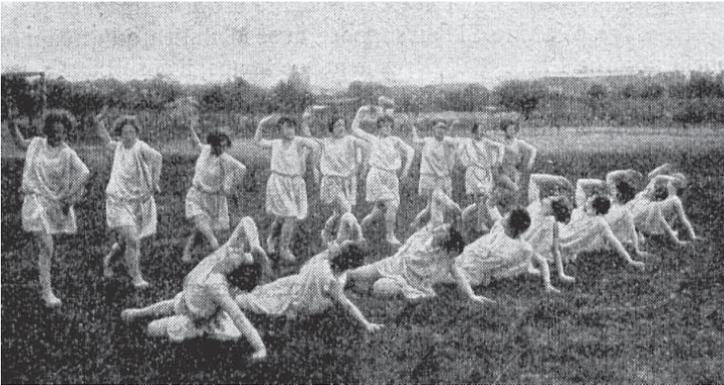


Figura 2



Figura 3



É possível pensar, em todo caso, ao observar esses elementos, que esses manuais escolares superexpõem diferenças, constituindo assim modelos de comportamento e de referência tanto para os professores quanto para os alunos, sejam eles do sexo masculino ou feminino.

Pode-se também avançar a idéia de que o meio do ensino secundário fornece modelos conservadores, como aqueles do Barão de Coubertin, que aludem a uma “ausência de estética” para o esporte feminino. É sempre importante, contudo, observar que essas posições têm flutuado ao longo do tempo. Talvez o mesmo não ocorra no ensino primário superior, em geral misto. Porém, não dispomos de manuais desse período e veremos mais adiante que esses modelos são quase idênticos nesse domínio.

No domínio estrito da educação física, o *Projet de Règlement Général d'Education Physique* de 1919-1923 (1919-1922), em quatro tomos, mostra mais uma vez a mulher como desigual em força e qualidade; porém, esse projeto é amplamente inspirado nos trabalhos de Georges Hébert, que, aproximadamente na mesma época, publica *Muscle et beauté plastique féminine*, obra na qual afirma a possibilidade para uma mulher de tornar-se uma “atleta”, se treinada do mesmo modo como o são os homens, e de “gerar o mesmo trabalho em quantidade, duração e qualidade. A igualdade é ali absoluta”⁴ (Hébert, 1919 p. 10). No *Projet de Règlement Général d'Education Physique* tal como no *Manuel d'exercices physiques et de jeux scolaires*, encontramos a indicação de uma corrida de 30 minutos para as mulheres e de 80 minutos para os homens. Nesse mesmo sentido, as atividades propostas às meninas são, essencialmente, fundadas na “estética”. Analisando mais amplamente é possível inferir que esse projeto, contrariamente às posições de Hébert, naturaliza o gênero sendo o corpo da mulher descrito como inferior ao do homem.

Entre os 4 e 9 anos de idade, todos os exercícios físicos são similares para meninos e meninas, fazendo uso freqüente de jogos. Pelo contrário, a partir de 9 e 11 anos, no *Projet* de 1919 (p. 35), constata-se que as meninas se beneficiam dos seguintes jogos: poses graciosas, *badminton* e diábolo, jogos que não são destinados aos meninos.

Na categoria de idade superior, 11 a 13 anos, as “danças lentas e ritmadas” são do mesmo modo reservadas às meninas. Porém, ao contrário, deve-se constatar que as atividades mais usualmente consideradas masculinas não são proibidas para as meninas, como, por exemplo, os jogos de ataque e defesa e o futebol. Haveria aí a influência de Hébert, que participou indiretamente da redação desse texto?

A promoção de uma mulher graciosa e “não competitiva” toma corpo e amplia-se na forma de uma mulher que surge em desvantagem, em razão dos seus próprios órgãos, conforme pode ser lido no *Règlement Général d'Education Physique, Méthode Française* de 1925-1930. Mais que o projeto, esse regulamento parece superexpor as diferenças e naturalizar a inferioridade feminina, ao consagrar uma parte específica às “considerações sobre a educação física feminina” (p. 16-17), onde não são absolutamente as posições de Hébert que são retomadas, mas, ao contrário, as visões do fim do século XIX: “certas funções especiais das moças impedem que lhes sejam aplicados os mesmos métodos que aos rapazes” (p. 16). Vemos reaparecer aqui a função reprodutiva como limitadora e, sobretudo, o retorno da naturalização do gênero, visões que continuam ainda presentes no pensamento de numerosos médicos, bem como no *Traité d'Education Physique*, dirigido por Marcel Labbé em 1930: “as moças não procurarão os exercícios que demandem um certo desenvolvimento da força: com efeito, seus poderes musculares medidos no dinamômetro lombar representam, mais ou menos, dois terços daqueles do homem” (Labbé, *idem*, *ibid.*).

Mais adiante, o regulamento proíbe, pura e simplesmente, o desenvolvimento dos músculos da mulher em nome de sua diferença fisiológica: “As funções fisiológicas especiais que ela deve agüentar e suportar são incompatíveis com um trabalho muscular intenso. A menstruação durante a adolescência e, mais tarde, a gestação e a amamentação tornam-se causas de esgotamento quando agregadas à fadiga muscular” (*Règlement Général d'Education Physique, Méthode Française* de 1925-1930, p. 17).

E, é claro, a frase é retomada à vontade todas as vezes que os temas gênero e esporte são tratados: “A mulher não é concebida para lutar, mas para procriar”; sendo assim, “todo exercício acompanhado de quedas e de golpes é perigoso para o órgão uterino” (*Règlement Général d'Education Physique, Méthode Française* de 1925-1930, p. 17).

Não há dúvida de que na seqüência desses requisitos as práticas propostas são distintas e que, sobretudo, as inúmeras imagens que se espalham na obra representam tão-somente homens maduros e jamais uma mulher ou uma criança. Observa-se então que a posição do *Règlement général*, que fará a função de manual de educação física ao longo desse período, é extremamente atrasada em comparação aos movimentos sociais em curso, assim como às posições de certos autores. Esse manual superexpõe, com a desculpa fisiológica, uma lógica que determina à mulher uma posição de “reprodutora” e a impede, finalmente, da atividade física. Desse

modo, ele instaura um sistema de controle que, se for seguido pelos professores, é suscetível de obter uma eficácia relativamente importante.

O manual de Charles Ab Der Halden, destinado às classes de primeiro ano das Escolas Primárias Superiores e intitulado *Leçons de morale*, confirma essa superexposição da inferioridade e da recusa da competição esportiva feminina. Um texto dado aos alunos como leitura, "*Emilie ou la passionnée de sport*" (Ab Der Halden, 1935, p. 19), atribuído a Marcel Prévost, retirado das *Lettres à Françoise*, descreve claramente o interesse da mulher pela atividade física esportiva, dando uma imagem atribuída habitualmente ao homem atlético, musculoso e sem cérebro a essa adepta da atividade esportiva. Assim, não somente a possibilidade para a mulher de ser atlética é negada, como também sua possibilidade de harmonizar uma atividade esportiva e uma atividade intelectual.

Essa posição corresponde, ainda, a um sistema de controle de gênero que se dirige tanto às moças quanto aos rapazes, prescrevendo um certo número de comportamentos e de visões do masculino e do feminino que a escola ensina aos alunos pelo viés desses manuais. Cabe lembrar que o primeiro ano da Escola Primária Superior é, geralmente, misto.

Os textos oficiais de educação física e esporte contribuem para a segregação sexual até 1985

Paradoxalmente, as instruções oficiais de 1º de junho de 1941 são muito menos sexistas que o *Règlement Général* de 1925-1930, ou que o *Manuel de morale* de 1935. Deve-se atribuir esse traço menos sexista à "mão" de Ernest Loisel, ou àquela de Georges Hébert?

De qualquer forma, mesmo a dança e a ginástica rítmica permanecendo como práticas valorizadas para a menina, o capítulo que trata da "*Adaptation de la méthode d'enseignement à l'éducation féminine*" recusa, de certo modo, as perspectivas anteriores: "A moça tem, como o rapaz, necessidade de força, de coragem, de domínio de si, de espírito de método. Ela, como ele, deve receber uma educação geral que assegure seu pleno desenvolvimento físico, intelectual e moral" (1941, p. 42).

Em relação às práticas esportivas, não há nesse texto qualquer discriminação: "As moças deverão ser treinadas nos exercícios esportivos com os métodos utilizados para os rapazes, obedecendo a uma dosagem apropriada (...) à exclusão dos jogos violentos como o futebol, *rugby*, boxe" (idem, *ibid.*, p. 42-43). Finalmente, somente a violência não é permitida.

Apesar de tudo, restam os estereótipos da mulher do lar: “é durante a adolescência que as mulheres e as mães, guardiãs do lar e da raça, devem preparar-se para a sua missão” (idem, *ibid.*). O sistema de controle e de prescrição, como vemos, permanece idêntico, mas aqui, paradoxalmente, com eufemismos.

Essa lógica permanece a mesma até 1985 nos textos oficiais concernentes à educação física e aos esportes. Mesmo em 1967, as práticas são sempre discriminadas nas mesmas modalidades indicadas para as moças e para os rapazes: dança e ritmo para elas e combate para eles (mais ou menos em todos os níveis de séries, da educação básica ao ensino médio).

É em 1985 que surge a idéia de uma possível *miscigenação* de práticas nos últimos anos da educação básica. A partir desse momento, porém, são as próprias práticas que servirão como elemento de discriminação e como sistemas de controle.

Em contrapartida, a partir dos anos de 1960 não é mais possível estudar os manuais de higiene e de moral, uma vez que eles desaparecem da lista de publicações propostas aos professores.

As atividades físicas e o sistema de controle nelas dissimulado

É somente em 1986, na França, que se inicia um questionamento, no domínio da educação física e do esporte, sobre uma possível discriminação pelas atividades físicas, principalmente por meio dos trabalhos de Michel Volondat, um pouco anteriores a essa data e apoiados, principalmente, nas notas das moças no *baccalauréat*, exame destinado aos jovens ao fim do ensino médio e que inclui provas de aptidão física. Porém, é necessário esperar as obras de Gilles Combaz (1992) e também de Catherine Louveau e Annick Davaisse (1991) para que essas afirmações possam ser confirmadas.

Ao longo de dez anos, as moças obtiveram nas provas de aptidão física do *baccalauréat* um ponto a menos que os rapazes. Percebe-se, então, que as atividades escolhidas ou as formas de avaliação contribuíram para a discriminação. Um olhar ingênuo, um olhar de aluno do sexo masculino não advertido poderia crer na inferioridade física das moças. Aliás, isso era, sem dúvida, aquilo que o sistema de micropoder buscava inculcar, seguindo inconscientemente as prescrições dos manuais do período entre-guerras e aquele da *belle époque*. Um olhar atento e mais apurado permitiria ao aluno compreender que a escolha das atividades essencialmente masculinas

(ao olhar das estatísticas federais) era provavelmente o elemento decisivo “de inferiorização” das moças e de superexposição de sua “inferioridade física”. Tratava-se, antes de tudo, de um sistema de dominação, conforme aponta Pierre Bourdieu em seu livro *La domination masculine*, publicado em 1998.

As atividades que são descritas como as mais comumente ensinadas nos estabelecimentos escolares dos programas do penúltimo ano do ensino médio, de 2000, correspondem, efetivamente e de maneira bastante significativa, a atividades majoritariamente masculinas. Em 16 atividades propostas, dez são majoritariamente ou totalmente masculinas no mundo do esporte federativo e somente seis majoritariamente ou totalmente femininas. Não há surpresa, então, no fato de que as notas das moças sejam inferiores às dos rapazes.

Contudo, há muito mais, já que na maioria dos documentos de acompanhamento desses programas constata-se que o nível mais fraco (2) é sempre definido como majoritariamente feminino e o nível (1) como majoritariamente masculino. Se, sobre a base dos estereótipos de gênero arqueologicamente bem estabelecidos, isso pode ser concebido, quando se trata de atividades de força ou de energia, não se pode conceber por que isso teria alguma validade nas atividades reflexas (*badminton*, tênis de mesa, entre outros).

Em outras palavras, uma vez mais os redatores e aqueles que concebem os programas nesse gênero de manual de acompanhamento deixam exprimir estereótipos da “mulher fraca” e uma espécie de naturalização de sua inferioridade. Se o processo é menos explícito que no começo do século, ele não é menos ativo, pois contribui, na maior parte do tempo, para discriminar as moças colocando-as nos grupos mais fracos, ao menos na medida em que os professores têm em conta esses documentos de acompanhamento.

A sobredeterminação permanece também ancorada nos espíritos e a superexposição das diferenças continua com a mesma intensidade, porém suas modalidades são reconsideradas. São os alunos que, nesse caso, são levados a constatar, de fato e por eles mesmos, a inferioridade do gênero feminino, pelo viés das notas e dos grupos de nível. O mito da “mulher fraca”, combatido vivamente por Georges Hébert, permanece o essencial do sistema de controle e, tomando por base estes elementos, de um programa oculto de educação moral e física.

Conclusão

Do explícito e do aparente ao dissimulado, tal é o percurso que coloca em evidência o estudo de manuais de moral e de higiene, quando tratam do exercício físico, assim como os manuais de educação física e os textos oficiais consagrados a essa disciplina curricular.

O mito da mulher fraca presente em todos os textos, de um modo visível ou não, é assim apreendido pelos alunos. Nessa mesma ótica, o mito de uma mulher voltada à estética e à doçura está permanentemente superexposto neles, salvo talvez naqueles últimos que vão do quinto ao último ano da educação básica. Todavia, ao falar a favor das turmas mistas nesses últimos programas, exceto quando se afirma que estas são nocivas à aprendizagem, poderíamos perguntar-nos se essa não seria uma maneira disfarçada de “segregação positiva das moças”. Essa segregação poderia, finalmente, tornar-se, em certos domínios, uma estigmatização feminina.

Se no começo do século xx o processo de segregação é muito explícito, pois o gênero encontra-se naturalizado no sexo, com a *graça* para a mulher e a *violência e a virilidade* para o homem, ao fim do mesmo século são as atividades físicas e as notas dadas às moças que consolidam e sobre-determinam a discriminação sexual, ensinando, dessa vez de maneira implícita, um sistema de controle das diferenças e um sistema de dominação do masculino.

Assim, à questão colocada no início deste artigo – “Seriam os manuais escolares que tratam do exercício físico sexistas?” – podemos responder positivamente e afirmar até mesmo que servem para ensinar as diferentes modalidades de sexismo através do domínio específico dos exercícios físicos. Restaria saber se esse ensino apresenta resultados e se os alunos apreendem, realmente, aquilo que lhes é ensinado. De fato, esse modesto estudo contribuiria para validar a idéia já trabalhada por Nicole Mosconi, segundo a qual a escola baseia-se na aprendizagem implícita de um “masculino neutro” ou, ao menos, numa aprendizagem da discriminação dos papéis masculinos e femininos.

Destas idéias decorre uma questão sobre a noção de sexo e de gênero, ou seja, sobre o diálogo entre a “carne e o verbo”, assim como sobre as relações de igualdade e desigualdade sexual, concernentes à diferença e à similitude dos gêneros.

Recebido em fevereiro de 2007 e aprovado em novembro de 2007.

Notas

1. Este texto dá continuidade a um primeiro trabalho recentemente publicado por Gleyse et al. (2004) e foi elaborado quando de minha permanência na França na condição de professora convidada do *Institut Universitaire de Formation des Maîtres* (IUFM) de Montpellier, nos meses de janeiro e fevereiro, respectivamente nos anos de 2005 e 2006.
2. N. do T.: *Baccalauréat*: grau universitário conferido após exames que comprovam os estudos em nível médio e que não significam ingresso em cursos universitários. Esse exame é obrigatório somente para aqueles que desejam cursar uma universidade.
3. N. do T.: Procurei fazer uma adaptação do sistema educacional francês ao sistema educacional brasileiro no que concerne às séries e tempos escolares.
4. Hébert (1919, p. 11) escreveu de modo muito preciso que “L’expérience prouve que tout ce que l’homme exécute de plus dur, comme travail ou exercice, est également exécuté un jour ou l’autre, et souvent la stupéfaction générale par une personne du sexe féminin. (...) Mais comme nous l’expliqueront plus loin ce sont les préjugés qui nous font considérer la femme comme un être à part, physiquement inférieur à son compagnon mâle. C’est l’éducation qui crée les différences d’aptitude physique entre garçons et filles, différences qui ne font que s’accroître avec l’âge pour devenir ensuite irrémédiables” (“A experiência prova que tudo aquilo que o homem executa de mais árduo, como trabalho ou como exercício, é igualmente executado um dia ou outro, e seguidamente à estupefação geral, por uma pessoa do sexo feminino. (...) Mas, como explicaremos mais adiante, são os preconceitos que nos fazem considerar a mulher como um ser à parte, fisicamente inferior ao seu companheiro macho. Essa educação é que cria as diferenças de atitude física entre rapazes e moças, diferenças que se acentuam com a idade para tornar-se, em seguida, irremediáveis”). Finalmente, a posição de Hébert confirmaria a visão de uma superexposição das diferenças e da concepção desenvolvida pelos manuais escolares, como um sistema de controle.

Referências

AB DER HALDEN, C. *Leçons de morale: écoles primaires supérieures; première année*. Paris: Colin, 1935.

LES ACTIVITÉS d’éducation générale. Paris: Archat, 1 juin 1941.

ARNAUD, P.; TERRET, T. *Histoire du sport féminin*. Paris: L’Harmattan, 1996.

BIRELL, S.; COLE, C. Double fault: Renee Richard and the construction and naturalization of différencier. *Sociology of Sport Journal*, Utrecht, n. 7, p. 1-21, 1990.

BOULET, V. *Hygiène*: ouvrage rédigé conformément aux programmes du 3 juin 1923; classes de troisième. Paris: Hachette, 1926

BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.

COMBAZ, G. *Sociologie de l'éducation physique*. Paris: PUF, 1992.

DAVISSE, A.; LOUVEAU, C. *Sport, école, société: la part des femmes*. Paris: Actio, 1991.

DEBOVE, P.; PLICQUE, A.-F. *Hygiène: enseignement secondaire de jeunes filles*. Paris: Delagrave, 1909.

DELOBEL, J.; BROUARDEL, P. *Hygiène scolaire*. Paris: Masson, [1905?].

DEMENIJ, G. *Éducation et harmonie des mouvements*. Paris: Félix Alcan, 1911.

ENCYCLOPÉDIE des sports. Paris: Larousse, 1924. t.1.

FLETCHER, A. *Gender, sex, subordination in England, 1500-1800*. New Haven: Yale University, 1995.

FRANCE. Ministère de la Guerre. *Projet de Règlement Général d'Éducation Physique: 1^{ère} partie – Education physique élémentaire, enfance; 2^{ème} partie – Education physique secondaire, adolescence ; 3^{ème} partie – Education physique supérieur (sportive et athlétique)*. Paris: Imprimerie Nationale, 1919-1922.

FRANCE. Ministère de la Guerre. *Règlement général d'éducation physique: méthode française*. Paris: Charles Lavauzelle, 1925-1930. t. 1-4.

GLEYSE, J. et al. Images of women in literature on physical education and sport: representations of social transformation in France under the Third Republic, 1870-1939. *Sport, Education and Society*, London, v. 9, n. 3, p. 363-382, 2004.

HÉBERT, G. *Éducation physique féminine. muscle et la beauté plastique*. Paris: Vuibert, 1919a.

HÉBERT, G. Muscle et beauté plastique féminine. In: HÉBERT, G. *Éducation physique féminine: muscle et la beauté plastique*. Paris: Vuibert, 1919b.

HOLT, R. Women, men and sport in France, 1870-1914: an introductory survey. *Journal of Sport History*, Champaign, Ill., n. 18, p. 121-134, 1991.

Os manuais escolares franceses de educação física, de higiene e de moral seriam sexistas?

KIRK, D. *Schooling bodies, school practice and public discourse, 1880-1950*. London: Continuum International, 1998.

MANUEL d'exercices gymnastiques et de jeux scolaires. Paris: Hachette, 1891.

MANUEL d'exercices physiques et de jeux scolaires. Paris: Hachette, 1908.

MARGUERITTE, V. *La garçonne*. Paris: Flammarion, 1922.

MASSON, A-L. *Manuel de morale et d'instruction civique à l'usage de l'enseignement primaire*. Paris: Emmanuel Vitte, 1910.

MOSCONI, N. *La mixité dans l'enseignement secondaire un faux-semblant*. Paris: PUF, 1990.

PÉCAUT, E. *Cours d'hygiène*. Paris: Hachette, 1882.

PFISTER, G. *Sport im Lebenszusammenhang von Frauen: Ausgewählte Themen*. Schorndorf: Hofmann, 1999.

PFISTER, G. (Hrsg.). *Frauensport in der DDR*. Köln: Strauß, 2002.

PFISTER, G.; CHRISTENSEN, K; GUTTMANN, A. (Org.). *International encyclopedia of women and sport*. New York: MacMillan, 2001.

PFISTER, G.; HARTMANN-TEWS, I. *Sport and women: social issues in international perspective*. London: Routledge, 2003.

SCRATON, S. Gender and physical education: idéologies of the physical and the politics sexuality. In: WALKER, S.; BARTON, L. (Ed.). *Changing policies, changing teachers*. London: Open University, 1987.

SCRATON, S. *Shaping up to womanhood, gender and girl's physical education*. London: Open University, 1992.

SCRATON, S. Equality, coeducation and physical education insecondary schooling. In: EVANS, J. (Org.). *Equality, education and physical activities*. London: Falmer, 1993.